Submissão: 05/09/2022
Publicação: 20/09/2022
DOI:

O ESTUDO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGOGICA

THE STUDY OF SCHOOL CURRICULUMS IN THE PEDAGOGICAL RESIDENCE PROGRAM

Francilaine Teodósio Zin[1]
Letícia Oliveira Silva Rocha Cunha[2]
Samara Folador[3]
Suelen Ferreira do Nascimento Muniz[4]
Gislaine Buraki de Andrade[5]

Resumo: O presente artigo, refere-se ao estudo dos currículos escolares realizado no Programa Residência Pedagógica da Univel, com o objetivo de apresentar os currículos escolares e as características para o processo de alfabetização e o planejamento escolar. O tema é relevante, pois busca identificar quais são os documentos necessários para organização e sistematização do planejamento escolar, levando em consideração os alunos e a turma do trabalho de regência escolar desenvolvido. Desta forma, busca-se apresentar cada documento, entre eles: a BNCC, o Currículo de Cascavel, e o Projeto Político-Pedagógico da Escola MunicipaL Prof.ª Dilair Silvério Fogaça. O artigo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental utilizando-se dos documentos: Cascavel (2020), PPP (2018), Brasil (1998) e Brasil (1996), com aporte teórico dos autores que descrevem a importância do currículo e planejamento escolar: Gedoz (2021), Saviani (2008), Scheibe (2007) e Libâneo (2002). Por fim, verifica-se a importância do currículo como norteador da prática escolar, possibilitando a sistematização e o cumprimento da função social da instituição escolar.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Projeto Político-Pedagógico. Residência Pedagógica.

Abstract: This article refers to the study of school curricula carried out in the Univel Pedagogical Residency Program, with the objective of presenting school curricula and characteristics for the literacy process and school planning. The theme is relevant, as it seeks to identify the documents necessary for the organization and systematization of school planning, taking into account the students and the class of the school conducting work developed. In this way, we seek to present each document, among them: the BNCC, the Cascavel Curriculum, and the Political-

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[3] Egressa do Curso de Pedagogia – UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[5] Mestre em educação, Professora do Curso de Pedagogia– Univel – Centro Universitário UNIVEL e orientadora do Programa Residência Pedagógica.

Pedagogical Project of the Prof.ª Dilair Silvério Fogaça Municipal School. The article is supported by a qualitative, bibliographical and documentary research using the documents: Cascavel (2020), PPP (2018), Brasil (1998) and Brasil (1996), with theoretical support from the authors who describe the importance of the curriculum and school planning: Gedoz (2021), Saviani (2008), Scheibe (2007) and Libâneo (2002). Finally, the importance of the curriculum as a guide for school practice is verified, enabling the systematization and fulfillment of the social function of the school institution.

Keywords: School Curriculum. Political-Pedagogical Project. Pedagogical Residence.

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre os documentos trabalhados dentro do Programa Residência Pedagógica, abordou diversas ramificações do âmbito pedagógico curricular, destacando que cada documento possui seus objetivos específicos, que entram em consonância quando trabalhados de forma paralela. Cada currículo, tanto de caráter nacional (Base Nacional Comum Curricular) como o regional (AMOP e Cascavel), possui particularidades que podem ser distinguidas num estudo de abordagem teórica.

O programa de residência pedagógica abordou entre eles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo da Rede Municipal de Ensino de Cascavel-PR Volume II e os Projetos Político-Pedagógicos de cada escola campo, no qual foram necessárias para realizar a parte prática das regências do programa.

O projeto do Programa Residência Pedagógica da Univel é destinado à estudantes do Curso de Graduação de Pedagogia, modalidades EaD e presencial, sendo voltado ao estudo teórico-prático da alfabetização e letramento na Rede Municipal de Ensino. Os residentes participaram da seleção, após aprovados e cadastrados recebem um valor financeiro, denominado como bolsa, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, para que possam custear as atividades e aprofundar seus conhecimentos acadêmicos em sala de aula.

O Programa conta com as atividades teóricas realizadas online e presencialmente no Centro Universitário Univel, com vinte e quatro acadêmicas bolsistas e cinco acadêmicas voluntárias, sem bolsa. Também contou com apoio de duas escolas da Rede Municipal de Cascavel, sendo: Escola Professora Dilair Silvério Fogaça e Escola Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha - CAIC I.

Para tanto, o estudo apresentado será desenvolvido a partir do referencial e das atividades desenvolvidas, optando por apresentar as discussões curriculares e o Projeto Político-Pedagógico da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, por ser a escola campo que as acadêmicas e egressa desempenharam suas práticas do programa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O estudo de documentos dentro do programa de residência pedagógica é uma das partes mais importantes e que possui como função dar suporte teórico as residentes para compreensão sobre o planejamento e sistematização da organização do trabalho no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Desta forma, compreender os componentes curriculares, conteúdos, avaliação e seus desdobramentos, contribuiu para que se possa analisar os encaminhamentos metodológicos que contribuem para o processo de ensino aprendizagem, sendo que o planejamento escolar tem por necessidade estar pautado no currículo escolar, sendo uma exigência conhecê-lo e estudá-lo nas atividades. Conforme afirma, Scheibe a organização curricular pode ser definida:

> A organização curricular foi definida segundo os princípios: da docência como base da formação, da flexibilização do currículo e da organização dos conteúdos por meio de diversas formas didáticas. A flexibilização curricular emergiu das propostas do movimento dos educadores como uma necessidade, diante da diversidade da realidade educacional brasileira. (SCHEIBE, 2007, p.51)

A organização curricular é essencial para uma unidade na Rede Municipal e a flexibilização curricular ocorreu devido ao momento vivenciado da Pandemia da Covid-19, pois as atividades presenciais foram suspensas e passaram a ocorrer remotamente durante o ano de dois mil e vinte, utilizando-se de atividades impressas e aulas online pelo aplicativo *google meet*.

É importante destacar que cada documento que norteia o estudo em sala de aula dos docentes e acadêmicos, foram organizados por uma equipe de professores que estudaram e alinharam os componentes curriculares e o trabalho pedagógico. Para iniciar esse estudo, temos como principal objetivo apresentar quais são os documentos e os currículos escolares que foram abordados dentro do programa, apresentando suas particularidades e dimensões.

Para que pedagogos e residentes sejam formados inteiramente são necessários determinados documentos que norteiam seu trabalho, para que esteja de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, entre eles as teorias e documentos curriculares.

Um dos documentos mais importantes e que delimitou o realinhamento dos currículos escolares é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada no ano de dois mil e dezenove. Portanto, o programa de Residência Pedagógica estando em consonância com as diretrizes, abordou a Base como aporte teórico dos estudantes para compreensão do realinhamento dos currículos escolares, conforme afirma ABMES (2019): “O § 8º do. art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica);”, verificamos a importância de compreender o documento em uma perspectiva crítica e suas dimensões para o trabalho de elaboração dos currículos próprios das redes de ensino.

A partir da BNCC (2017) temos a organização dos currículos escolares de cada Rede de Ensino, sendo que no Programa Residência Pedagógica da Univel considerou para estudo e análise o Currículo do Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Cascavel - Volume II, publicado no ano de dois mil

e vinte. A primeira edição do Currículo de Cascavel foi realizada no ano de dois mil e oito, sendo que foi necessário o realinhamento, ampliação e revisão, conforme previsto e orientada as redes de ensino, após o lançamento e divulgação da BNCC.

Ao nos referir ao documento curricular de Cascavel é necessário citar que todas as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede de Ensino utilizam como documento norteador das ações pedagógicas e do trabalho docente na rede de ensino. O volume II do referido documento direciona o trabalho nas escolas do município de Cascavel e consequentemente a Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, fato que evidencia a finalidade do Programa Residência Pedagógica proporcionar o estudo e aprofundado como abordagem teórico metodológica e prática.

> [...] este Currículo representa a materialização do estudo e do anseio dos professores, e profissionais que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, que objetivam, não apenas ter um Currículo sistematizado, mas um documento que seja de fato o centro da práxis educativa. (Cascavel, 2020, p.1)

Conforme citado, o Currículo evidência o trabalho teórico-prático para todos os professores e profissionais. Outro documento que também orienta o trabalho pedagógico nas unidades escolares, é o Projeto Político Pedagógico, o qual contempla as características e organização da unidade escolar, sendo o documento específico de cada instituição de ensino.

2.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC é um documento elaborado e organizado por profissionais da educação a fim de nortear a prática pedagógica nas escolas de Educação Básica do Brasil. Neste sentido a Base Comum Curricular explica que:

> [...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes eBases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p. 09)

A Base Comum Curricular é referência para a construção e reformulação dos currículos das redes de ensino brasileiras. Conforme apresentado na introdução da Base Comum Curricular:

> Contribuiu com o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios

> para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (Brasil, 2017, p. 10)

Nas ações pedagógicas a Base Comum Curricular destaca-se dez competências gerais[6] para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), que se inter-relacionam “articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (Brasil, 2017), saberes que orientam o planejamento educativo.

Importante destacar que estas competências não são os componentes curriculares e sim como o próprio documento da BNCC destaca ainda em sua introdução, as competências são:

> A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2017, p.10)

[6] 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, com- prendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2014)

E as Diretrizes Nacionais da Educação Básica complementa que:

> A BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013).

As competências são aprendizagens de outras aptidões articuladas às diversas áreas do conhecimento, buscando nortear o trabalho do professor. É relevante destacar a elaboração da Base Comum Curricular (BNCC), é amparado pela legislação e seus marcos legais, sendo que na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reconhece que:

> [...] a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Neste sentido a Carta Magna, no Artigo 210, ainda afirma a necessidade de:

> fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais eartísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988).

Buscou-se estabelecer uma relação entre “o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos.” (Brasil, 2017). Também pensando nos currículos a BNCC salienta :

> Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a serem ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC. (Brasil, 2017, p. 13)

Ainda, sobre os aspectos legais que marcam a construção da BNCC, temos a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº¤ 9.394/1996, a qual define e regulamentariza o sistema de educação brasileiro com princípios presentes na Constituição (Gedoz, 2021), sendo que no Artigo 9º, inciso IV afirma que:

> Cabe à união estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

Deste modo, as Diretrizes Nacionais Curriculares são normas obrigatórias para a Educação Básica Brasileira, que visam orientar os currículos das instituições

deensino no Brasil (Gedoz, 2021). Neste sentido o Ministério da Educação (MEC, 2013) esclarece que:

> As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais paraa Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico.(MEC/SEF, Brasília, 2013, p. 11)

Para melhor compreensão de Currículo e a BNCC, Gedoz (2021) destacou três pontos importantes, que são eles:

> 1º A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não é o currículo.2º Seu papel é ser um ensino para a elaboração e revisão dos conteúdos da educação básica. 3º A BNCC dá rumo à educação, isto é, procura se dizer aonde se quer chegar. (Gedoz, 2021)

Em seu documento a BNCC esclarece que em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), destaca a necessidade de :

> Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

No mesmo ano (2014) com força de lei, o PNE estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos, dentre elas a meta 7, “com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” (Brasil, 2018).

Após anos de estudos, em 16 de setembro de 2015, o MEC publicou a primeira versão da BNCC para consulta pública, e em 3 de maio de 2016 a 2º edição, ocorrendo no mês de agosto novos seminários para a elaboração da 3º versão. Contando com a participação de gestores,professores e especialistas para debater e compor a mais nova versão (Gedoz,2021). O documento destaca:

> Em abril de 2017, o MEC entregou a versão finalda Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE irá elaborar parecer e projeto de resolução sobre a BNCC, que serão encaminhados ao MEC. A partir da homologação da BNCC começa o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração eadequação dos currículos escolares (BRASIL, 2018).

Gedoz(2021) comenta que finalmente em 14 de dezembro de 2018 lançou-se,até o presente momento, a mais nova e última versão do documento. Nesta nova versão, foram homologadas as partes das etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular, assim disponibilizadas para as Redes de Ensino Estaduais e Municipais realizarem as devidas mudanças nas propostas curriculares.

Como forma de análise verificamos que após toda a análise histórica da BNCC, sua nova versão enfatiza ao destaque no uso das tecnologias digitais na educação, mas esse direcionamento de certo modo exclui uma parte das comunidades escolares, visto que nem todos tem acesso a tecnologias ou instrumentos tecnológicos,algo ainda distante de ser comum e acessível a todos a nível nacional.

2.2 CURRÍCULO DE CASCAVEL

Considerando a organização da BNCC, importante entender que os municípios possuem a orientação para construção dos currículos próprios, considerando as peculiaridades das redes de ensino.

Na Rede Municipal de Ensino de Cascavel, o Currículo Municipal de Cascavel, foi elaborado para as instituições públicas municipais, com finalidade em alinhar os conteúdos e propostas pedagógicas e a primeira versão foi publicada em 2008. Destacamos que é por meio do currículo que procuramos garantir ao aluno, o conhecimento e práticas de contextos históricos, com a função informativa, educativa social e cultural, proporcionando a ele o autoconhecimento e a construção da sua identidade pessoal e cultural.

No ano de 2018, houve necessidade em atualizar a primeira versão, promovendo uma revisão e ampliação do currículo de Cascavel, a fim de identificar alguns conteúdos da BNCC, que não estavam presentes na versão anterior e ampliar os estudos desenvolvidos na época com as novas pesquisas e autores. Os apontamentos e considerações foram realizados por professores da rede, a partir dos grupos de trabalho e estudo. Após a revisão, foram realizados formações e seminários, para todos os profissionais da educação, a fim de que os professores compreendam a teoria e prática deste documento, de seus componentes curriculares e suas fundamentações teóricas.

Em julho de 2019, foi realizado o seminário do currículo, para apresentação da versão preliminar deste documento. Para a conclusão desse importante processo, foi realizado o evento Mostra da Educação, com palestras dos professores Demerval Saviani e José Carlos Libâneo. Conforme Saviani (2016) apud Gama e Duarte (2017):

> [...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de “seleção do conhecimento” a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta.

> A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir “prioridades” (distinguir o que é principal do que é que secundário), o que é ditado [...] pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem. (p. 39). (GAMA, DUARTE. 2017 p. 522)

Segundo estudos realizados no Programa de Residência Pedagógica da Univel, o currículo de Cascavel é um documento parametrizado, que proporciona uma base orientadora para a prática pedagógica em sala de aula, composto por orientações sobre a Educação Infantil, Ensino Fundamental- Anos Iniciais, Fundamentos da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Diretrizes da Educação em Tempo Integral, Diretrizes da Educação do Campo, além dos componentes curriculares das disciplinas de Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Portuguesa e Matemática.

Cabe aos professores da rede pública municipal de Cascavel, ter o compromisso, em estar revisando e estudando o currículo municipal, pois é a partir dele que asseguramos a qualidade do ensino e aprendizagem dos nossos alunos.

> A educação, como forma de transmissão e de socialização da cultura, é uma prática essencialmente humana e é por ela que os homens podem adquirir conhecimentos que lhes permitem ampliar a vida e também o controle sobre o mundo natural e social. Assim, é a educação escolar que possibilita aos homens a apropriação do resultado histórico da humanidade. (CASCAVEL, 2020, p. 22)

Conforme mencionado no currículo, a função social da educação é possibilitar o desenvolvimento integral dos alunos, a partir da transmissão e socialização da cultura e dos conhecimentos científicos.

Para Libâneo, os profissionais da educação precisam ter um pleno domínio das bases teóricas científicas e tecnológicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, pois é através desse domínio que ele poderá estar revendo, analisando e aprimorando sua prática educativa. (LIBÂNEO, 2002, p. 28).

De modo que a didática opera na capacidade crítica e desenvolvimentista dos docentes para que eles analisem, explicitamente, a realidade do ensino, refletindo-o “como” ensinar, para que ensinar, o que ensinar etc. (LIBÂNEO, 1990).

Destacamos que o currículo é essencial para organização do trabalho pedagógico e unidade na Rede Municipal de Ensino, possibilitando o trabalho com o método Materialismo Histórico-dialético e a Pedagogia Histórico-Crítica[7]

[7] “A pedagogia histórico-crítica [...] é uma teoria preocupada com as demandas educacionais, em especial com problemas que emergem na sociedade brasileira nesse mesmo período.” (BOHRER, 2017).
O materialismo dialético é um conceito desenvolvido pelos sociólogos e filósofos Karl Marx e Friedrich Engels. A partir dele, é possível desenvolver análises acerca das relações estabelecidas entre grupos de indivíduos e suas conexões com os processos de mudanças sociais. (SENA, 2020)

2.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento norteador onde estão registradas todas ações e projetos de uma escola, considerado a identidade da instituição, e sua construção deve ser coletiva, considerando os aspectos políticos e pedagógicos, para o trabalho desempenhado e relacionamento entre: diretor (a), coordenador (a), professores, alunos e familiares. Ainda, o documento deve considerar a realidade socioeconômica e cultural em que a comunidade escolar vive, pois contribuirá para um planejamento condizente com a realidade local da instituição de ensino.

Neste sentido, Picoli, Carvalho (2007, p. 4) diz que: “o projeto precisa ser conhecido, discutido e reformulado sempre em concordância com as políticas públicas educacionais vigentes, sem perder a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro, mas que é reflexo da realidade globalizada”. A importância do PPP para escola é imensurável, pois ele engloba todo planejamento escolar, execução de todas as ações, avaliação de todo processo, questões financeiras e administrativas, espaços físicos, quantidade de alunos, colaboradores, cronograma de atividades, conselho, entre outros.

O documento deve ser estruturado com a finalidade de apresentar a escola, toda parte pedagógica, o contexto local e os planos das ações a serem desenvolvidas. Desse modo, inicia-se o documento com as seguintes informações: nome da Instituição; localização e telefone; CNPJ e dados gerais da equipe e alunos

Diante disso, o PPP segue a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cujo Art. 12 estabelece as seguintes normas de ensino:

> I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
> II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
> III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
> IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
> V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
> VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
> VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
> VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (BRASIL, 1996, p. 5)

Nesse contexto durante o Programa Residência Pedagógica teve-se como proposta reflexiva o estudo e análise do PPP da Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça, ao longo desta análise prática pode-se refletir como se dá todo o processo de construção desse documento e o quanto ele norteia o trabalho de todos

no ambiente escolar, tendo em vista que este documento é construído de forma democrática e coletiva visando sempre o bem-estar de toda comunidade sem hierarquia ou ações verticalizadas.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça está de acordo com a estrutura e execução dentro das necessidades da escola, onde o objetivo geral é a transmissão/produção dos conteúdos científicos produzidos e acumulados pela comunidade, onde desta forma os docentes direcionam o trabalho pedagógico na perspectiva do professor mediador do trabalho pedagógico, para tanto usa-se o Currículo Para a Rede Municipal de Ensino de Cascavel.

Ainda, o documento salienta a importância de atuar com base em uma gestão democrática e considerando a autonomia da instituição escolar, sendo que:

> Quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar o seu Projeto Político Pedagógico coletivamente, ele propicia uma educação de qualidade, exercendo a sua autonomia pedagógica, conforme o art. 14, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/96 que versa sobre a questão democrática do sistema de ensino público. (PPP, 2018, p. 3)

Em relação à alfabetização e Letramento e a concepção teórico e metodológica, o PPP da instituição é pautado no Materialismo Histórico-dialético, pois atende as propostas de educação para a emancipação do homem o considerando como um ser histórico e social com a abordagem de desenvolvimento humano na psicologia Histórico-Cultural. Contudo o trabalho pedagógico dentro da Escola Professora Dilair centra-se no processo de ensino da leitura e escrita, aplicadas nas práticas sociais e referenciadas pelas possibilidades de imersão da criança em experiências diferenciadas de leitura e escrita e na interação com diversificados gêneros textuais.

Destaca-se, dessa maneira, sendo de forte relevância, dentro do documento o sistema de avaliação institucional, interna e externa, sendo importante discutir no Pré-conselho e no Conselho de Classe. Ainda, o documento reitera o que o Currículo da Rede Municipal dispõe sobre o sistema de avaliação, considerando-o como mecanismo utilizado para aferir o desempenho e determinar a qualidade desejada, é um instrumento que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação das mudanças necessárias, e cabe aos professores o diagnóstico e avaliação dos encaminhamentos metodológicos, possibilitando um redimencionamento da prática pedagógica. A avaliação educacional é compreendida não como um fim em si mesma, mas como um ato que deve ser contínuo, diagnóstico e formativo avaliando cada aluno como sujeito único.

> Em consonância com o Currículo, todos os que atuam diretamente ou indiretamente no espaço escolar devem avaliar sua prática ou serem avaliados (diretor, coordenador, professores, funcionários e pais) para poderem refletir sobre os obstáculos que dificultam a aprendizagem e desta forma redimensionar sua ação pedagógica. (PPP, 2018, p. 62)

Quanto ao Pré-Conselho (PPP, 2018, p. 82), “ele tem o objetivo de agilizar o conselho de classe no que diz respeito ao tratamento individualizado do aluno”, é um

momento específico em que o coordenador pedagógico com antecedência organiza as estratégias.

Já o Conselho de Classe:

> [...] é um órgão de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo como objetivo auxiliar o processo de ensino/aprendizagem na relação professor e aluno, bem como reorganizar a prática pedagógica. (PPP, 2018, p.84)

O conselho reúne os professores com objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Neste sentido o conselho proporciona um espaço de reflexão sobre o trabalho pedagógico que está sendo realizado (PPP, 2018)

Contudo, diante dos estudos relacionados ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, entende-se que se faz necessário que os gestores da escola juntamente com o coordenador (a) compreendam que para a construção deste documento desafiador é necessário construir condições para que se tenha uma gestão democrática e coletiva.

Salientamos que estudar e compreender o PPP é essencial aos professores e profissionais da educação, contribuindo como diagnóstico da realidade escolar e considerando que o mesmo não é algo fixo, pelo contrário, deve ser flexível e adaptável, conforme as novas demandas da escola e das legislações vigentes, sendo atualizado e disponibilizado para a comunidade escolar e local possuírem acesso e conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos bibliográficos e das práticas vivenciadas, conclui-se que o Programa de Residência Pedagógica, visa formar com bases teóricas e práticas dos futuros professores para desempenho com conhecimento de suas atribuições e possibilitando a qualificação na resolução de problemáticas, no que se refere ao contexto pedagógico, além de possibilitar uma imersão na Educação Básica Pública.

Neste sentido no ano de 2018, o Ministério da Educação, possibilitou a implantação de novos programas, com objetivo de contribuir com a formação das identidades profissionais dos futuros docentes. A partir dessa necessidade, foi desenvolvido o Programa Residência Pedagógica, em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o Programa de Residência Pedagógica incentiva a pesquisa e a reflexão sobre a prática profissional no dia a dia das escolas públicas de educação básica desde o princípio da trajetória dos futuros educadores.

O programa dispõe de bolsas para os estudantes, que direcionados por um professor da universidade e um professor preceptor da Educação Básica, onde ao longo das vivências práticas e teóricas executam projetos com o objetivo de aproximar os residentes e futuros professores à prática no ambiente escolar da rede pública de ensino.

Com este Programa busca-se estimular a integração da Educação Superior com a Educação Básica, estabelecendo projetos de cooperação que

melhorem a qualidade do ensino nas escolas públicas, elevar a qualidade das ações pedagógicas voltadas à formação de professores. (BRASIL, 2018).

O Programa de Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel, iniciou-se no ano de 2020, onde as temáticas de pesquisa são sobre as práticas para a alfabetização e implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e sua vinculação com o Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR, abrangendo o método e as metodologias que permeiam o processo educativo e a estruturação do compromisso pedagógico e a orientação no que se refere ao processo de alfabetização e letramento, possibilitando um trabalho sistematizado e científico na prática escolar.

Considera-se o Programa Residência Pedagógica da Univel fundamental para a possibilidade de extensão e contribuição na Rede Pública de Ensino, pois sua articulação na Escola Professora Dilair Silvério Fogaça possibilitou as residentes reconhecerem o papel do professor e a importância dos documentos normativos para o planejamento e função social da escola.

REFERÊNCIAS

ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. – Brasília/DF

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448- diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: set, 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 18. setembro . 2021.

BOHRER, Marcos. A pedagogia Histórico-critica e avaliação. 2017. 13 f. Curso de Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia do Paraná, Barracão, 2017.

CASCAVEL. Currículo para a escola pública municipal de ensino de Cascavel: Ensino fundamental – anos iniciais. Secretaria Municipal de Educação. Cascavel: ASSOESTE, 2007

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. **Concepção de currículo em Demerval Savianie suas relações com a categoria marxista de liberdade**. 2017. 10 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

GEDOZ, Sueli. I Seminário do Programa Residência Pedagógica Capes- Univel. Cascavel: Univel Centro Universitário, 2021. (182 min.), son., color.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educativas e profissão docente. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogos, para quê? São Paulo**: Cortez, 1990.

PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. ***Projeto político-pedagógico*:** uma construção "coletiva"? III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia - Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá, 2008.
São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

SAVIANI D. **Pedagogia histórico-critica**: primeiras aproximações 10a ed. Campinas: Autores Associados; 2008.

SAVIANI D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15a ed. Campinas: Autores Associados; 2004.

SCHEIBE, Leda. **DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA**: trajetória longa e inconclusa. 2007. 37 f. Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Joaçaba, 2007.

SENA, Ailton. **MATERIALISMO DIALÉTICO**. 2020. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/materialismo-dialetico. Acesso em: 28 set. 2021.